

DISSONÂNCIA COGNITIVA COLETIVA E OS MECANISMOS SOCIAIS DA CRENÇA: A ESTUPIDEZ SOCIALMENTE ORGANIZADA

COLLECTIVE COGNITIVE DISSONANCE AND THE SOCIAL MECHANISMS OF BELIEF: SOCIALLY ORGANIZED STUPIDITY

DISONANCIA COGNITIVA COLECTIVA Y LOS MECANISMOS SOCIALES DE LA CREENCIA: LA ESTUPIDEZ SOCIALMENTE ORGANIZADA

Vanessa da Silva Miossi de Araújo¹, Cleber de Araújo²

DOI: 10.54899/dcs.v23i88.4983

Recibido: 16/03/2026 | Aceptado: 18/03/2026 | Publicación en línea: 30/03/2026.

RESUMO

Este estudo analisa a dissonância cognitiva como mecanismo psicológico e social na formação de crenças individuais e coletivas em sociedades contemporâneas. O problema de pesquisa investiga de que modo esse fenômeno, originalmente individual, é mobilizado política e socialmente para manter crenças e rejeitar evidências, contribuindo para o empobrecimento do pensamento crítico. O objetivo geral consiste em analisar a articulação da dissonância com os fenômenos da pós-verdade, do pensamento de manada, do analfabetismo científico e da alienação ideológica, com foco na realidade brasileira. O objeto de análise compreende os processos discursivos, simbólicos e sociais manifestos especialmente nos campos da política, educação, saúde pública e redes digitais no Brasil. A metodologia adotada é qualitativa, de caráter teórico-ensaístico e bibliográfico, fundamentada na análise crítica de autores da psicologia social, filosofia e sociologia. Os resultados indicam que a dissonância cognitiva é instrumentalizada por dinâmicas digitais e algoritmos que criam zonas de conforto epistêmico, consolidando a "estupidez organizada" e tornando a educação e a alfabetização crítica ferramentas éticas essenciais para o enfrentamento desse processo.

Palavras-chave: Dissonância Cognitiva. Pós-verdade. Empobrecimento Mental Coletivo.

ABSTRACT

This study analyzes cognitive dissonance as a psychological and social mechanism in the formation of individual and collective beliefs in contemporary societies. The research problem investigates how this phenomenon, originally conceived as an individual phenomenon, is mobilized politically and socially to maintain beliefs and reject evidence, contributing to the impoverishment of critical thinking. The main objective is to analyze the articulation of dissonance with the phenomena of post-truth, herd mentality, scientific illiteracy, and ideological

¹ Especialista em Ciências Humanas: Sociologia, História e Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Vila Velha, Espírito Santo, Brasil. E-mail: vanessamiossi2000@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-2900-8845>

² Mestre em Gestão Pública, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vila Velha, Espírito Santo, Brasil. E-mail: vixcleberdearaujo@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6331-9500>

alienation, focusing on the Brazilian reality. The analysis focuses on the discursive, symbolic, and social processes manifested especially in the fields of politics, education, public health, and digital networks in Brazil. The study adopts a qualitative approach, grounded in theoretical-essayistic and bibliographic research, based on the critical analysis of authors in social psychology, philosophy, and sociology. The results indicate that cognitive dissonance is instrumentalized by digital environments and algorithmic mechanisms that create epistemic comfort zones, consolidating "organized stupidity" and making education and critical literacy essential ethical tools for confronting this process.

Keywords: Cognitive Dissonance. Post-truth. Collective Mental Impoverishment.

RESUMEN

Este estudio analiza la disonancia cognitiva como mecanismo psicológico y social en la formación de creencias individuales y colectivas en las sociedades contemporáneas. El problema de investigación indaga cómo este fenómeno, originalmente entendido como un fenómeno de carácter individual, se instrumentaliza en el ámbito político y social para mantener creencias y rechazar la evidencia, contribuyendo al empobrecimiento del pensamiento crítico. El objetivo principal es analizar la articulación de la disonancia con los fenómenos de la posverdad, la mentalidad de rebaño, el analfabetismo científico y la alienación ideológica, con énfasis en la realidad brasileña. El análisis se centra en los procesos discursivos, simbólicos y sociales que se manifiestan especialmente en los ámbitos de la política, la educación, la salud pública y las redes digitales en Brasil. El estudio adopta un enfoque cualitativo, basado en una investigación teórico-ensayística y bibliográfica, a partir del análisis crítico de autores de psicología social, filosofía y sociología. Los resultados indican que la disonancia cognitiva se instrumentaliza mediante entornos digitales y mecanismos algorítmicos que crean zonas de confort epistémico, consolidando la "estupidez organizada" y convirtiendo la educación y la alfabetización crítica en herramientas éticas esenciales para afrontar este proceso.

Palabras clave: Disonancia Cognitiva. Posverdad. Empobrecimiento Mental Colectivo.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

Este estudo discute a dissonância cognitiva, a pós-verdade, o pensamento de manada, o analfabetismo científico, o anti-intelectualismo e a alienação ideológica, articulando-os como mecanismos interdependentes que moldam crenças, decisões e formas de subjetividade na contemporaneidade. Festinger apropria-se dessa noção metafórica para descrever o desconforto psicológico decorrente da coexistência de crenças incompatíveis. A partir de Festinger (1957), revisita-se a tensão entre crenças e evidências, ampliando o conceito para sua dimensão coletiva,

dialogando com Arendt (2000, 2020), Zuboff (2021), Han (2015a, 2015b), Bourdieu (1977, 1982) e autores da epistemologia crítica. O problema de pesquisa que orienta este trabalho consiste em compreender de que modo a dissonância cognitiva, originalmente formulada como fenômeno psicológico individual, é mobilizada social e politicamente na contemporaneidade, contribuindo para a manutenção de crenças, a rejeição de evidências e o empobrecimento do pensamento crítico.

Para responder a essa questão, o objetivo geral é analisar a dissonância cognitiva como mecanismo psicológico e social na constituição de crenças individuais e coletivas, investigando sua articulação com os fenômenos da pós-verdade, do pensamento de manada, do analfabetismo científico e da alienação ideológica. Busca-se, ainda, refletir sobre o papel da educação e da alfabetização crítica como possíveis formas de enfrentamento desse processo. Como objetivos específicos, propõe-se: compreender o conceito de dissonância cognitiva a partir da formulação clássica de Leon Festinger, ampliando-o para sua dimensão coletiva e sociopolítica; analisar a relação entre dissonância cognitiva e os fenômenos da pós-verdade, do pensamento de manada e da racionalização coletiva no contexto das sociedades contemporâneas; investigar o papel do analfabetismo científico e do anti-intelectualismo como mecanismos de redução da dissonância cognitiva diante da complexidade e da incerteza; examinar a alienação ideológica como processo de naturalização da contradição e de administração simbólica da dissonância social; discutir o impacto das plataformas digitais, dos algoritmos e das bolhas informacionais na intensificação e gestão da dissonância cognitiva coletiva; analisar manifestações da dissonância cognitiva no contexto da sociedade brasileira contemporânea, especialmente nos campos da política, da educação, da saúde pública e das redes sociais; refletir sobre o papel ético e político da educação e da alfabetização crítica como possibilidades de enfrentamento da dissonância cognitiva destrutiva e do empobrecimento do pensamento público.

O objeto de análise consiste nos processos discursivos, simbólicos e sociais por meio dos quais a dissonância cognitiva se manifesta e se organiza coletivamente, especialmente nos campos da política, da educação, da saúde pública e das redes digitais no Brasil contemporâneo. O trabalho adota uma abordagem qualitativa, de caráter teórico-ensaístico e bibliográfico, fundamentada na análise crítica e na articulação conceitual de autores da psicologia social, da filosofia, da sociologia e da educação. Argumenta-se que a dissonância cognitiva, quando instrumentalizada por sistemas simbólicos e plataformas digitais, torna-se um vetor político de

adesão às narrativas afetivas, produzindo zonas de conforto epistêmico que dificultam o pensamento crítico.

A teoria da dissonância cognitiva, desenvolvida por Leon Festinger em 1957, tornou-se um dos instrumentos mais potentes para compreender o comportamento individual e os fenômenos coletivos que moldam sociedades inteiras. Em sua formulação original, Festinger (1957) afirma que o ser humano busca coerência interna: quando duas ideias, valores ou percepções entram em conflito, instala-se um estado de tensão psicológica desagradável, ou seja, a dissonância. Para restaurar o equilíbrio, tende-se a reinterpretar fatos, rejeitar informações, alterar crenças ou justificar condutas. Essa lógica, inicialmente psicológica, tornou-se hoje uma chave para interpretar fenômenos amplos como a pós-verdade, o pensamento de manada, o analfabetismo científico e a alienação ideológica. Em sociedades atravessadas por fluxos intensos de informação, plataformas digitais e disputas narrativas, o desconforto da dissonância além de persistir, é manipulado, estimulado e gerenciado por mecanismos sociais, políticos e econômicos. Um dos elementos centrais da teoria é que, quanto maior o investimento emocional, afetivo ou identitário numa crença, mais difícil é abandoná-la diante de provas contrárias. A perda de coerência é racional e afetiva.

Festinger, Riecken e Schachter (2009) demonstraram esse mecanismo no clássico *When Prophecy Fails* que, quando uma profecia apocalíptica falhou, o grupo que acreditava nela não se dissolveu, ao contrário, reforçou sua convicção. O fracasso da profecia gerou tamanha dissonância que a resposta do grupo foi redobrar a crença, reinterpretar o fato e reorganizar a narrativa: o esforço isolado de um indivíduo para preservar suas convicções e ao mesmo tempo, um processo compartilhado, sustentado por identidades grupais e reforçado por dinâmicas sociais amplas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A teoria da dissonância cognitiva, formalizada por Leon Festinger em *A Theory of Cognitive Dissonance* (1957), tornou-se referência fundamental para compreender os processos pelos quais indivíduos lidam com conflitos entre crenças, informações e comportamentos. Festinger (1957, p. 3) afirma que “a dissonância é um estado de tensão que os indivíduos procuram reduzir, da mesma forma que procuram reduzir fome ou dor”. Se inicialmente esse mecanismo foi descrito no plano psicológico, sua potência explicativa ampliou-se para

fenômenos coletivos, especialmente no contexto atual de pós-verdade, polarização afetiva e manipulação digital. A questão epistemológica da verdade torna-se atravessada por afetos, identidades e dinâmicas de pertencimento.

A obra *When Prophecy Fails* (Festinger; Riecken; Schachter, 2009) é um marco teórico. Ao observar um grupo apocalíptico cuja profecia fracassa, os autores constatam que o fracasso inequívoco de uma crença fortemente investida não leva necessariamente ao seu abandono; ao contrário, pode fortalecê-la. (Festinger; Riecken; Schachter, 2009, p. 4, *tradução nossa*). Esse fenômeno evidencia que a dissonância não é apenas um conflito cognitivo, mas um conflito identitário. O custo emocional de alterar uma crença pode ser maior do que o custo de reinterpretar a realidade. Como observado, as pessoas não mudam suas crenças porque desejam ser racionais, mas porque desejam se manter coerentes com a imagem que têm de si mesmas (Aronson, 2023). Essa dimensão afetiva prepara o terreno para a compreensão de fenômenos contemporâneos. Tal princípio sustenta que os principais obstáculos à produção do conhecimento não residem necessariamente na ignorância ou no equívoco, mas na **ilusão de saber** e na suspensão deliberada do exercício reflexivo. Nesse sentido, Boorstin (1983) argumenta que o maior inimigo do conhecimento não é a ignorância, mas a crença equivocada de que já se conhece o suficiente.

A recusa em pensar, entendida não como incapacidade cognitiva, mas como suspensão do juízo crítico, constitui um elemento central para a compreensão dos fenômenos contemporâneos da pós-verdade e da alienação ideológica. Como indica Arendt (2000), o perigo não reside no erro ou na ignorância, mas na abdicação do pensamento enquanto atividade ética e política. Esse quadro articula-se diretamente à teoria da dissonância cognitiva (Festinger, 1957), segundo a qual indivíduos tendem a rejeitar informações que ameacem a coerência de suas crenças, preferindo distorcer a realidade a revisar convicções profundamente investidas. Em contextos de pós-verdade, essa dinâmica é potencializada por ambientes informacionais que reforçam certezas prévias, transformando a recusa em pensar em prática socialmente legitimada. O resultado é a consolidação de formas de alienação simbólica nas quais o pensamento crítico é substituído pela repetição de narrativas que oferecem conforto identitário em lugar de verdade ou compreensão.

O termo “pós-verdade” refere-se a contextos em que emoções e identidades pesam mais do que fatos para moldar opiniões públicas. McIntyre (2018) argumenta que na pós-verdade, crenças não são avaliadas pelo grau de correspondência com a realidade, mas pela capacidade de reforçar identidades grupais. Assim, a dissonância cognitiva transforma-se num mecanismo de

defesa social: informações que ameaçam o grupo são recusadas, minimizadas ou reinterpretadas. Hannah Arendt descreveu esse processo décadas antes do termo pós-verdade: “o que convence as massas não são fatos, mas a coerência das ficções que lhes são oferecidas” (Arendt, 2020, p. 485). A necessidade de coerência interna supera o compromisso com a realidade.

Autores como Le Bon (1895) e Canetti (1960) já haviam mostrado como multidões constroem mecanismos próprios de racionalidade. Philip Zimbardo afirma que a dinâmica de grupo pode amplificar tendências individuais, justificando ações que seriam impensáveis isoladamente (Zimbardo, 2007, p. 298). Ainda postula que a natureza humana é plástica e moldada por sistemas amplos (cultura, política, etc.) e situações específicas diárias, que interagem com a biologia e a personalidade básica. A desindividualização, juntamente com a obediência à autoridade e a desumanização das vítimas, é apresentada como um dos mecanismos pelos quais isso ocorre.

O pensamento de manada fornece estabilidade emocional e reduz a dissonância ao criar uma bolha de coerência. O grupo sustenta a narrativa, mesmo contra evidências. Como enfatiza Carl Sagan: a ciência é uma vela no escuro, mas muitos preferem a escuridão confortável ao desconforto das perguntas difíceis (Sagan, 2006). A dissonância cognitiva explica porque, diante de uma informação científica que contradiz suas crenças, indivíduos podem rejeitar a evidência, uma vez que o custo emocional da mudança é maior que o da negação.

A alienação, para Bourdieu, opera como um sistema de crenças naturalizadas onde a força da ideologia está em ser acreditada como natural (Bourdieu, 1977, P. 168). A ideologia reduz a dissonância oferecendo narrativas estáveis para realidades contraditórias. Han, discutindo o neoliberalismo, mostra como a subjetividade é moldada para aceitar contradições: o sujeito neoliberal explora a si mesmo acreditando agir por liberdade. O autor afirma, de modo recorrente, que o sujeito contemporâneo não é mais explorado por um outro externo, ele torna-se empreendedor de si mesmo e explora a si próprio, vivendo essa exploração como liberdade, desempenho e autorrealização. (Han, 2015b). Assim, a dissonância é administrada por dispositivos simbólicos que preservam a ordem social. Ainda descreve um tipo de controle, em que o indivíduo se vê como livre e é levado a uma autoexploração voluntária, impulsionado pela pressão por desempenho e produtividade. Essa forma de poder força as pessoas a se sentirem responsáveis por seus fracassos, gerando culpa, depressão e ansiedade em vez de revolta.

No contexto da pós-verdade, descrito por autores como Ralph Keyes e Lee McIntyre, a adesão aos fatos é menos importante do que a adesão ao grupo. A verdade deixa de ser um

compromisso epistemológico e transforma-se numa marca identitária. A dissonância cognitiva adquire, então, uma dimensão política: se um fato ameaça a identidade coletiva, ele é rejeitado; se uma evidência contraria uma narrativa afetiva, ela é reinterpretada; se a realidade produz desconforto, cria-se uma realidade alternativa.

O pensamento de manada, estudado por Le Bon (1895), Canetti (1960) e, em outra chave, por Zimbardo (2007), emerge como um ambiente ideal para que a dissonância cognitiva cristalize-se. A pressão do grupo atende a duas necessidades humanas fundamentais: pertencimento e segurança emocional. Quando uma crença compartilhada estrutura o grupo, qualquer dissonância individual é percebida como ameaça. O sujeito, para permanecer integrado, adapta seu pensamento às expectativas coletivas. Assim, crenças frágeis se tornam sólidas não porque são verdadeiras, mas porque são conveniências identitárias. O analfabetismo científico, como discute Carl Sagan em *O mundo assombrado pelos demônios* (Sagan, 2006), não é mera falta de conteúdo, é a ausência de instrumentos para lidar com a incerteza. Já as crenças dogmáticas oferecem segurança emocional. Assim, quando uma explicação científica produz incerteza, dúvida ou complexidade, instala-se uma dissonância que muitos evitam, substituindo a ciência por narrativas simplificadoras, muitas vezes conspiratórias. A dissonância cognitiva aqui funciona como mecanismo de defesa, pois ao rejeitar dados científicos, não é irracionalidade pura, é fuga afetiva.

A alienação ideológica, trabalhada por Marx (2004), Gramsci (2000), Bourdieu (1982) e Althusser (1980), só se aprofunda quando a dissonância cognitiva é administrada coletivamente. Sistemas de poder e dispositivos simbólicos organizam a realidade de modo a reduzir o desconforto com desigualdades, justificar privilégios, naturalizar injustiças e explicar contradições sociais como se fossem fenômenos individuais. Marx entende a alienação como um efeito da estrutura social capitalista, em que os sujeitos não percebem as condições reais que moldam sua vida, acreditando nelas como naturais.

Gramsci (2000) amplia ao mostrar que a dominação não funciona apenas por coerção material, mas pela hegemonia cultural: a classe dominante organiza consensos que passam por sistemas simbólicos, educação e cultura, fazendo suas ideias parecerem naturais ou normais. Quando a ideologia oferece respostas prontas, o sujeito não precisa enfrentar a dissonância entre suas condições reais e a narrativa dominante. A dissonância, portanto, é resolvida pelo consentimento, não pela crítica. Bourdieu (1982) desloca a análise para os sistemas simbólicos que produzem sentido social e justificam estruturas sociais existentes, introduzindo conceitos

como violência simbólica, que é a dominação que se exerce silenciosamente, levando grupos subordinados a aceitar como legítimas as condições que os desfavorecem e doxa, que são crenças implícitas e possibilidades de pensamento que não são questionadas. Althusser (1980) reconstrói a teoria da ideologia como algo que é material e estrutural, não apenas linguagem enganosa.

Pesquisas recentes exploram como a dissonância cognitiva pode ser administrada *coletivamente*, especialmente em contextos ideológicos polarizados, onde narrativas sociais reorganizam crenças para reduzir desconfortos frente a contradições percebidas (Furlani, 2024). Zuboff, em *A era do capitalismo de vigilância*, e Byung-Chul Han, em *Psicopolítica*, mostram que o ambiente digital intensifica a dissonância coletiva. Algoritmos filtram informações que confirmam crenças já existentes, criando ambientes de reforço contínuo. Cada clique produz mais coerência artificial, mais alinhamento forçado, mais fechamento cognitivo. É um ecossistema que elimina a dissonância pela antecipação: o sujeito não tem contato com aquilo que o contrariaria. Assim, a busca de coerência deixa de ser mecanismo psicológico e se torna infraestrutura tecnológica.

No capitalismo de vigilância, descrito por Zuboff, algoritmos filtram e priorizam conteúdos que confirmam crenças prévias, onde o sistema aprende a oferecer ao usuário apenas aquilo que reduz o atrito cognitivo e aumenta a previsibilidade do comportamento (Zuboff, 2021). Byung-Chul Han complementa que a psicopolítica digital opera por meio da antecipação do desejo, eliminando a negatividade e o conflito (Han, 2015a). A dissonância não é eliminada pelo pensamento crítico, mas por engenharia informacional.

METODOLOGIA

Este trabalho adotou pesquisa teórica de caráter bibliográfico, fundamentada em leitura, análise e articulação conceitual das obras selecionadas, inserindo-se no campo das pesquisas qualitativas, de natureza teórico-reflexiva, desenvolvida a partir de uma abordagem interpretativa e ensaística, característica das investigações no âmbito das ciências humanas. A metodologia adotada privilegia a análise conceitual, o diálogo teórico e a interpretação crítica de fenômenos educacionais e culturais contemporâneos. O caráter do trabalho não representa ausência de rigor científico, mas a adoção de um rigor próprio do pensamento crítico, no qual o conhecimento se constrói a partir da problematização, da argumentação e do diálogo com diferentes tradições teóricas.

Os procedimentos metodológicos adotados: Levantamento e leitura crítica de bibliografia especializada, abrangendo autores da filosofia, da sociologia, da psicanálise e da educação, com ênfase em temas como subjetividade, ideologia, linguagem, formação humana e política educacional; Análise interpretativa de fenômenos educacionais e culturais contemporâneos, tais como o empobrecimento do discurso público, o anti-intelectualismo, a desvalorização do conhecimento e os impactos das tecnologias digitais sobre os processos de ensino e aprendizagem; Escrita teórico-argumentativa, na qual o desenvolvimento conceitual ocorre de forma progressiva, articulando reflexão filosófica, análise crítica e experiência docente. A metodologia adotada pressupõe um diálogo interdisciplinar entre filosofia, educação e sociologia. Esse diálogo não se estabelece de forma meramente expositiva, mas interpretativa, buscando articular os conceitos teóricos aos problemas concretos da prática educativa e da cultura contemporânea. Reconhece-se que a abordagem ensaística não tem como objetivo a generalização de resultados nem a formulação de conclusões universalizantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A dissonância cognitiva tornou-se uma das lentes mais importantes para compreender o Brasil contemporâneo. No Brasil, esse fenômeno assume formas particulares marcadas por polarização afetiva, desinformação em escala industrial, ataques à educação, erosão da confiança em instituições, narrativas conspiratórias importadas e adaptadas e substituição da autoridade científica pela autoridade emocional. A partir da fundamentação teórica de Leon Festinger e de pesquisas posteriores em psicologia social, analisa-se o modo como indivíduos e grupos resistem às informações que contradizem seus sistemas de crenças, produzindo racionalizações, narrativas alternativas e práticas de negação. Indivíduos podem rejeitar fatos científicos não por ignorância, mas para evitar dissonâncias profundas que exigiriam revisão de crenças identitárias.

Para Bourdieu, a força da dominação simbólica está no fato de ser acreditada como natural (Bourdieu, 1977). A ideologia atua como mecanismo de redução da dissonância ao oferecer narrativas que explicam (e justificam) desigualdades e contradições sociais. No neoliberalismo, Byung-Chul Han argumenta que o sujeito neoliberal explora a si mesmo acreditando agir por liberdade (Han, 2015a), revelando uma profunda dissonância psicopolítica. No capitalismo de vigilância, Shoshana Zuboff afirma que o sistema aprende a oferecer ao usuário apenas aquilo que reduz o atrito cognitivo e aumenta a previsibilidade do comportamento (Zuboff, 2021).

Han complementa ainda que a psicopolítica digital opera por meio da antecipação do desejo, eliminando a negatividade e o conflito (Han, 2015a). Assim, algoritmos produzem ambientes de baixa dissonância, reforçando crenças prévias e evitando contato com informações dissonantes. Sua articulação com processos ideológicos, epistemológicos e políticos revela que o combate à pós-verdade não depende apenas de acesso à informação, mas da capacidade de indivíduos e coletivos tolerarem o desconforto inerente à contradição. A partir desse incômodo, o sujeito mobiliza mecanismos para restaurar coerência interna, seja alterando crenças, rejeitando fatos ou reinterpretando evidências.

No cenário contemporâneo, totalmente marcado por hiperexposição informacional, polarização e pelo que diversos autores denominam “*era da pós-verdade*”, esse fenômeno, além de se intensificar, ganha contornos sociopolíticos amplificados por algoritmos e comunidades virtuais. O ser humano tende a buscar congruência, mesmo que isso implique negar evidências empíricas robustas. Pesquisas sobre pós-verdade (Keyes, 2004; McIntyre, 2018) indicam que a disputa entre fatos e narrativas não se dá no nível da lógica, mas no campo do pertencimento, onde admitir um erro pode significar, simbolicamente, “trair” um grupo.

Nesse cenário, a dissonância cognitiva deixa de ser apenas um processo psicológico individual e se converte em mecanismo que estrutura disputas políticas, pedagogias familiares, debates escolares e práticas de consumo informacional. Estudos de psicologia social revelam que, para muitos desses indivíduos, aceitar a eficácia e a segurança das vacinas implicaria reconhecer erros passados, o que intensifica a dissonância e gera rejeição dos fatos (Tavris; Aronson, 2007). A dissonância cognitiva coletiva manifesta-se quando grupos inteiros, unidos por identidades políticas, religiosas ou culturais, passam a compartilhar narrativas que funcionam como mecanismos de proteção contra informações externas.

No Brasil, esse fenômeno assume formas particulares marcadas por polarização afetiva, desinformação em escala industrial, ataques à educação, erosão da confiança em instituições, narrativas conspiratórias importadas e adaptadas, substituição da autoridade científica pela autoridade emocional. Esses fenômenos não se explicam pela falta de informação, mas pela necessidade de preservar crenças identitárias ameaçadas pela ciência. Tais racionalizações revelam o que Kunda (1990) descreve como *motivated reasoning*: o sujeito pensa não para descobrir a verdade, mas para justificar sua crença inicial.

Eleitores frequentemente rejeitam informações negativas sobre líderes políticos que apoiam, mesmo quando comprovadas por investigações oficiais. Hannah Arendt (2020) já

advertia que regimes autoritários operam por meio da destruição da realidade factual, produzindo uma população incapaz de distinguir verdade de mentira. Para Arendt “o sujeito ideal para governos totalitários não é o nazista convicto ou o comunista dedicado, mas o indivíduo para quem a distinção entre fato e ficção [...] já não existe” (Arendt, 2020). Esse diagnóstico parece descrever com precisão o que hoje se manifesta como anti-intelectualismo, um estado de disponibilidade psicológica à mentira útil.

Plataformas digitais reforçam crenças prévias ao fornecer conteúdos alinhados ao comportamento anterior do usuário. Como mostram estudos recentes de Sunstein (2017), ambientes digitais atuam como câmaras de eco que reduzem o contato com visões divergentes e, portanto, minimizam a possibilidade de revisão crítica das crenças. No Brasil, onde vínculos afetivos com lideranças políticas, clubes, crenças religiosas e influenciadores digitais são fortemente marcados por pertencimento, esses mecanismos tornam-se visíveis na vida cotidiana e nas interações mediadas por plataformas. Memes não apenas divertem. Eles simplificam conflitos complexos e reforçam identidades grupais. O Brasil contemporâneo é especialmente rico em estratégias de redução da dissonância, tais como: a) Negação: “Isso não aconteceu”. Muito comum em escândalos políticos; b) Desqualificação da fonte: “A imprensa é parcial”. É usada para rejeitar investigações formais; c) Comparação seletiva: “Pior era antes”. Um mecanismo de defesa identitária; d) Narrativas conspiratórias: Explicações que subvertem fatos para proteger crenças; e) Deslocamento de responsabilidade: “A culpa é do STF, da esquerda, da mídia, dos professores...”. Essas estratégias tornam-se mais potentes quando articuladas à polarização afetiva, não apenas para discordar, mas também para odiar o outro grupo.

Identidade, Moralidade e Dissonância - Sociedade da Pós-verdade e Desinformação

Aronson (2023) amplia a teoria ao afirmar que a dissonância é maior quando ameaça a autoimagem de ser alguém moral e coerente. É por isso que indivíduos podem defender ideias claramente falsas, desde que admitir o erro implicaria reconhecer falhas morais ou cognitivas. No Brasil, isso se aprofunda quando crenças políticas se tornam extensões da identidade. Keyes (2004), McIntyre (2018) e Sunstein (2017) analisam a emergência da pós-verdade como fenômeno global, mas o caso brasileiro apresenta especificidades: uso massivo de WhatsApp, baixa cultura científica, desigualdade educacional e centralidade das emoções no debate público. O anti-intelectualismo tornou-se expressivo por descrever não uma limitação cognitiva, mas uma

atitude politicamente construída de desprezo pelo conhecimento. Esse fenômeno dialoga com tradições da pós-verdade, da dissonância cognitiva coletiva e da erosão do espaço público, conforme analisado por autores como Hofstadter (1963), Arendt (2020), Freire (1996), Bourdieu (1982), Eco (2015) e Bauman (2017).

Richard Hofstadter, em sua obra clássica *Anti-intellectualism in American Life* (1963), descreve o anti-intelectualismo como uma hostilidade cultivada contra o mundo das ideias. Ele observa que sociedades marcadas por forte pragmatismo tendem a interpretar o conhecimento como algo supérfluo ou suspeito. Para Umberto Eco, a internet acelerou esse movimento ao permitir que “a invasão dos imbecis” ganhasse força. Eco afirma que as redes sociais deram o direito de fala a legiões de imbecis que antes falavam apenas no bar e eram calados rapidamente (Eco, 2015). O anti-intelectualismo emerge como uma autoafirmação baseada no não saber.

No contexto brasileiro, o anti-intelectualismo encontra terreno fértil em ambientes de polarização política, precarização da educação, desvalorização do professor e disseminação massiva de desinformação pelas redes sociais. No contexto escolar, observa-se resistência de estudantes e familiares a conteúdos que contrariam crenças religiosas ou ideológicas, como teoria da evolução ou discussões ambientais. Nesses casos, a dissonância é reduzida não por meio do diálogo racional, mas por estratégias de negação ou desqualificação da autoridade docente, fenômeno que impacta diretamente a formação crítica. Conteúdos relacionados à sexualidade, gênero, evolução e mudanças climáticas enfrentam rejeição por parte de famílias que os percebem como ameaça às suas crenças religiosas. A dissonância é reduzida deslegitimando o professor ou o currículo oficial.

A dissonância, portanto, não é tratada como tensão a ser resolvida, mas como algo a ser eliminado por meio de negacionismo, simplificação agressiva, ataque a especialistas e adesão a conspiracionismos. Paulo Freire compreendia a educação como prática de liberdade e afirmava que a educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas, e as pessoas transformam o mundo (Freire, 1996). Justamente por isso, o anti-intelectualismo volta-se contra o professor, pois o pensamento crítico é uma ameaça direta aos mecanismos políticos que dependem da ignorância organizada. A simplificação opera como arma política: elimina nuances e produz certezas confortáveis. O professor torna-se figura “perigosa” porque introduz complexidade, ambiguidade, historicidade, dúvida metódica. O anti-intelectualismo converte o professor em inimigo.

Não trata-se de não saber, mas de orgulhar-se do não saber. Umberto Eco descreve o

fenômeno como “orgulho da própria estupidez”, um sintoma da cultura digital que equipara opinião a conhecimento. Há uma forma de obscurecimento que não nasce do simples desconhecimento, mas de uma disposição interior, um recuo deliberado diante da exigência de pensar. Não trata-se da ignorância ingênua, aquela que floresce da falta de acesso à educação, mas de um movimento mais profundo, quase subterrâneo, em que o sujeito abdica da própria potência de compreender o mundo. É um tipo de entorpecimento do espírito que se produz em série e se distribui como mercadoria barata. Não é falta de inteligência, mas um projeto, um ambiente construído. Ele opera por saturação, pelo exagero, tudo em exagero, ruído em excesso, opinião instantânea, indignação plastificada (Jeffers, 2025) e uma exaltação da “certeza” como virtude moral (O’Connor; Efron, 2020).

Ignorar algo é condição humana, porém o anti-intelectualismo consiste em transformar a ignorância em projeto político, em estética e em estilo de vida. Ele se manifesta quando indivíduos ou grupos rejeitam evidências mesmo quando expostas de maneira clara, desconfiam sistematicamente do conhecimento especializado; produzem hostilidade contra professores, pesquisadores, jornalistas e cientistas; cultuam soluções simplistas para problemas complexos e valorizam a opinião própria como superior ao saber técnico, independentemente de fundamentos. A expressão “indignação plastificada”, ainda que não conste em dicionários, funciona como uma metáfora crítica recorrente em discursos midiáticos e nas redes sociais. Ela designa manifestações de descontentamento caracterizadas por artificialidade e performatividade, nas quais a exposição pública de revolta não corresponde a um engajamento efetivo com o problema em questão. Trata-se, portanto, de uma forma de indignação superficial, encenada e frequentemente vinculada à busca de autopromoção ou capital simbólico, mais próxima de um gesto estético do que de uma postura ética ou política consequente. Ela é frequentemente associada à falta de autenticidade.

Esse entorpecimento do espírito, que se produz socialmente, encontra no ambiente neoliberal as condições ideais de proliferação. Como afirma Marilena Chauí, a ideologia, sobretudo quando naturalizada, cria “modos de ver que impedem a própria visão”. Não é apenas uma falha cognitiva, é um projeto cultural, um modo de organização da sensibilidade e da atenção, uma política da inconsciência.

Para Além da Ignorância: a Lógica da Inconsciência Organizada

A ignorância comum é uma falta; a estupidez socialmente organizada é uma presença. Ela se manifesta como uma saturação: de imagens, ruídos, crenças instantâneas, opiniões mastigadas. O excesso não esclarece, confunde e o acúmulo não fortalece, ele embota. Byung-Chul Han descreve nossa era como aquela em que o sujeito é submerso em estímulos até perder a capacidade de formar interioridade (Han, 2015a). Quando a interioridade se dissolve, dissolve-se também a capacidade de pensar. A estupidez organizada nasce exatamente nesse ponto: quando o excesso anula o sentido. Renato Janine Ribeiro observa que a recusa da reflexão se tornou, em setores da sociedade brasileira, um gesto identitário (Ribeiro, 2016).

Nas redes sociais, a rapidez se sobrepõe à profundidade. A afirmação substitui o argumento. O grito toma o lugar da frase. É nesse ambiente que a estupidez organizada se transforma em forma de pertencimento: ser simplório tornou-se um modo de ser aceito. Mais do que uma falha, o anti-intelectualismo torna-se um afeto político. Jessé Souza mostraria que o desprezo pela complexidade é útil às elites que lucram com a paralisia do pensamento (Souza, 2017). O neoliberalismo produz indivíduos acelerados, culpabilizados, atomizados. Para sobreviver à cobrança permanente de produtividade, desempenho, eficiência, o sujeito abandona justamente aquilo que poderia salvá-lo: o trabalho lento do pensamento. A estupidez organizada, nesse contexto, funciona como alívio. Como sugere Christian Dunker, vivemos sob sofrimentos sociais do pensamento (Dunker, 2022), já que pensar se tornou uma fonte de angústia. Logo, evita-se pensar como quem evita a dor. A estupidez organizada é, nesse sentido, um refúgio, uma anestesia social. Pensar, que sempre exigiu tempo e silêncio, torna-se um gesto inconveniente. A reflexão vira obstáculo; a dúvida, defeito; a complexidade, suspeita.

O efeito é uma sociedade habitada por consciências adormecidas, confortavelmente instaladas no interior de verdades de bolso. O mecanismo é simples: uma avalanche de imagens, frases prontas, microideias e macrorrancores que constroem um sujeito incapaz de experienciar o pensamento. A vida interior é substituída por algoritmos que organizam afetos e opiniões. É o que Christian Dunker chama de *sofrimentos sociais do pensamento*, e o que Lilia Schwarcz identifica como a estetização da ignorância nas redes, convertida em performance identitária (Schwarcz, 2019). A estupidez organizada funciona como anestesia: alivia o esforço de pensar em troca da submissão ao rebanho. É, como dizia Arendt, a pior das violências: aquela que impede o aparecimento do pensamento, a única atividade que não pode ser delegada.

Hannah Arendt advertia que a incapacidade de pensar abre espaço para toda forma de banalidade (Arendt, 2000). Não é a maldade consciente que sustenta regimes autoritários, mas a ausência do pensamento crítico, a incapacidade de examinar, de refletir, de interromper. O entorpecimento do espírito se expressa na vida cotidiana através de opiniões rigidamente repetidas, certezas impermeáveis à realidade, discursos automáticos, intolerância à ambiguidade, ódio a tudo que exija complexidade. Há uma preguiça moral que acompanha essa paralisia intelectual. A estupidez deixa de ser um acidente para se transformar em escolha, ainda que não plenamente consciente. Nas redes, a estupidez organizada encontra seu território ideal. A lógica algorítmica recompensa com conteúdos indignados, afirmações absolutas, polarização, simplificação extrema, violência simbólica. Lilia Schwarcz identifica a ascensão de uma estética da ignorância, em que o não-saber vira performance e, paradoxalmente, motivo de prestígio.

O movimento Escola sem Partido emergiu como reação à percepção não comprovada de que docentes “doutrinariam” alunos. A dissonância entre o prestígio social da escola e a rejeição a determinados conteúdos foi resolvida pela construção de um inimigo abstrato: o “professor ideológico”. Professores que abordam temas como racismo, gênero, desigualdade, feminismo ou história política do Brasil são acusados de militância em vídeos virais. A dissonância aqui opera quando conteúdos curriculares entram em conflito com narrativas familiares ou comunitárias fortalecidas por influenciadores digitais. Esse fenômeno afeta a autonomia docente, promove autocensura e fragiliza o ambiente pedagógico crítico.

A escola, ainda que tensionada por disputas ideológicas, permanece como espaço privilegiado para enfrentar dissonâncias cognitivas de forma produtiva. Não se trata de eliminar tensões, uma vez que elas fazem parte da vida intelectual, mas de educar para que estudantes possam reconhecer incoerências próprias, tolerar ambiguidades, analisar evidências criticamente, enfrentar desconfortos cognitivos sem necessidade de narrativas simplificadoras. A educação crítica, dialógica e fundamentada pode transformar a dissonância em oportunidade de pensamento e não em mecanismo de autoproteção destrutiva. Seu papel é ajudar o sujeito a pensar sem colapsar, oferecendo ferramentas internas para lidar com a dissonância sem recorrer à negação destrutiva. A alfabetização científica, midiática e emocional é central nesse processo.

CONCLUSÃO

A dissonância cognitiva é inevitável e, paradoxalmente, necessária. Toda aprendizagem

verdadeira começa quando algo nos desconforta. O perigo não está na dissonância em si, mas nas formas pelas quais indivíduos, grupos e sistemas tentam anulá-la pela via da negação, da agressividade ou da fuga da realidade. Porque somente quem suporta a tensão entre o que acredita e o que vê é capaz de pensar criticamente e de agir com responsabilidade no mundo. Em tempos de pós-verdade, seu entendimento torna-se fundamental para práticas educativas, políticas públicas e construção de uma sociedade menos vulnerável à desinformação.

A educação, sobretudo em sua dimensão ética, dialógica e crítica, pode atuar como ponte entre crença e reflexão, criando condições para que sujeitos reconheçam suas incoerências sem experimentarem esse gesto como derrota simbólica. A dissonância cognitiva não é um defeito, mas uma condição humana. Contra esse quadro resta-nos o trabalho lento da lucidez, que é também o trabalho essencial da educação. O professor, nesse cenário, é uma espécie de guardião da chama, aquele que ensina o mais difícil dos gestos: **demorar-se no pensamento**. A pedagogia da lucidez é, portanto, resistência. Pensar nunca foi tão urgente. Pensar é uma insurreição suave, mas radical. É um gesto espiritual e político. Contra a estupidez socialmente organizada, resta a coragem do espírito desperto.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. In: ALTHUSSER, Louis. *Posições*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

ARENDDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

ARENDDT, Hannah. *A vida do espírito*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

ARENDDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARONSON, Elliot; ARONSON, Joshua. *O animal social*. 1. ed. São Paulo: Goya, 2023.

BAUMAN, Zygmunt. **Retrotopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BOORSTIN, Daniel J. *The Discoverers*. New York: Random House, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **Outline of a theory of practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

CANETTI, Elias. **Crowds and power**. New York: Viking Press, 1960.

CHAUÍ, Marilena. **A extinção da universidade pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania e democracia**. São Paulo: Moderna, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

DUNKER, Christian. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**. São Paulo: Boitempo, 2015.

DUNKER, Christian. **Sofrimentos Políticos**. São Paulo: Boitempo, 2022.

DUNKER, Christian. **Subjetividade em tempos de pós-verdade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

DUNKER, Christian. **Uma biografia da angústia**. São Paulo: Paidós, 2020.

ECO, Umberto. **Declaração proferida em conferência**, 2015. Informação verbal amplamente divulgada pela imprensa europeia.

FESTINGER, Leon. **A theory of cognitive dissonance**. Stanford: Stanford University Press, 1957.

FESTINGER, Leon; RIECKEN, Henry W.; SCHACHTER, Stanley. **When prophecy fails: a social and psychological study of a modern group that predicted the destruction of the world**. London: Pinter & Martin, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURLANI, André Sampaio. **Crise da democracia e urnas eletrônicas: uma análise de discurso das lives de Jair Bolsonaro**. 2024. 164 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2024.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Áyiné, 2015a.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015b.

HOFSTADTER, Richard. **Anti-intellectualism in American life**. New York: Vintage Books, 1963.

JEFFERS, Matthew; SCHAEFER, Alexander. *The Function of Hypocrisy Norms*. **Utilitas**, v. 37, n. 2, p. 123-140, 2025. DOI: 10.1017/S0953820825000044.

KEYES, Ralph. **The post-truth era: dishonesty and deception in contemporary life**. New York: St. Martin's Press, 2004.

KUNDA, Ziva. Motivated reasoning. **Psychological Bulletin**, Washington, v. 108, n. 3, p. 480–498, 1990.

LE BON, Gustave. **Psychologie des foules**. Paris: Félix Alcan, 1895.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MCINTYRE, Lee. **Post-truth**. Cambridge: MIT Press, 2018.

O'CONNOR, Kieran; EFFRON, Daniel A.; LUCAS, Brian J. *Moral cleansing as hypocrisy: When private acts of charity make you feel better than you deserve*. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 119, n. 3, p. 540-559, 2020. DOI: 10.1037/pspa0000195.

RIBEIRO, Renato Janine. **A Sociedade Contra o Social: o alto custo da vida pública no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SAGAN, Carl. **O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro**. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SUNSTEIN, Cass R. **Republic: divided democracy in the age of social media**. Princeton: Princeton University Press, 2017.

TAVRIS, Carol; ARONSON, Elliot. **Mistakes were made (but not by me)**. New York: Houghton Mifflin, 2007.

ZIMBARDO, Philip. **The Lucifer effect: understanding how good people turn evil**. New York: Random House, 2007.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.